

*A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa**

Luiz Carlos Soares**

I – O Debate Historiográfico sobre a Ilustração na Inglaterra

Muitos historiadores, especializados na história cultural e intelectual do século XVIII, têm analisado a Ilustração como um movimento cultural, intelectual, filosófico e científico de dimensão continental européia, cujo epicentro indiscutível era a França¹. Não resta a menor dúvida de que, a partir

* Artigo recebido em março de 2003 e aprovado para publicação em dezembro de 2003.

** Professor Titular de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ, Brasil).

¹ Sobre esta perspectiva., ver os trabalhos já clássicos de Norman Hampson, *The Enlightenment. An evaluation of its assumptions, attitudes and values* (1ª. ed. 1968). Londres, Penguin Books, 1990; Peter Gay, *The enlightenment: an interpretation*, Volume I (“The rise of modern paganism”, 1ª. ed. 1967) e Volume II (“The science of freedom”, 1ª. ed. 1970). Nova York-Londres, W. W. Norton & Co., 1995; e os mais atuais, de Robert Darton, “George Washington’s false teeth”, em *New York Review*, Nova 27 de Março de 1997; “In search of the enlightenment: recent attempts to create a social history of ideas”, *Journal of Modern History*, Número XLIII, 1971, pp. 113-132; e *Boemia literária e revolução. O submundo das letras no Antigo Regime* (1ª ed. em inglês 1982, *The literary underground of the Old Regime*). São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Ulrich Im Hof, *The Enlightenment*, Oxford/UK-Cambridge/MA, Blackwell Publishers, 1994; e Daniel Roche, *France in the enlightenment* (1ª ed. em francês 1993, *La France des Lumières*). Cambridge/MA, Harvard University Press, 1998.

do reinado de Luiz XIV (1643-1715), a cultura francesa se tornou hegemônica em toda a Europa e isto contribuiu para que muitos letrados do século XVIII olhassem as novas idéias oriundas do meio intelectual francês, principalmente o parisiense, como modelos ou referências intelectuais que deveriam ser seguidas. Neste século, Paris tornou-se mais do que nunca a “Cidade Luz”, a “capital” da Europa culta, não apenas por fornecer os padrões de etiqueta e comportamento que as cortes européias continentais seguiam, como também pelo vigor e pela variedade das discussões travadas nos campos da filosofia, das ciências, das artes e da política, nos salões e nos cafés elegantes.

O mais interessante, nesta linha de interpretação histórica (desde o clássico livro de Ernst Cassirer), é que a Inglaterra foi esquecida como um país europeu que teria vivido a experiência cultural e intelectual da Ilustração: como se o movimento ilustrado não tivesse se manifestado na Inglaterra ou se circunscrevesse apenas a pequenos círculos bastante insignificantes, que não eram suficientes para caracterizar um movimento de vulto². A exceção britânica seria a Escócia, cujas universidades de Glasgow e Edimburgo ou a Sociedade Filosófica da antiga capital escocesa (*Philosophical Society of Edinburgh*) foram importantes celeiros de idéias e autores conhecidos e discutidos em toda a Europa, sem entretanto alcançar a importância que teve a França no movimento ilustrado.

Outros autores, inclusive ingleses, até admitem a existência de um movimento ilustrado na Inglaterra, mas este ter-se-ia restringido a um cam-

² Ver Ernst Cassirer, *The philosophy of the enlightenment* (1ª ed. em alemão 1932). Princeton (NJ), Princeton University Press, 1951. Entre os historiadores mais atuais que, de alguma maneira, endossam a perspectiva inaugurada por Cassirer, ver Lester G. Crocker, *An age of crisis: man and world in eighteenth-century France*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1959; *Nature and culture: ethical thought in the French Enlightenment*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1963; e “Introduction”, em John W. Yolton, Roy Porter, Pat Rogers e Barbara M. Stafford (Orgs.), *The Blackwell companion to the Enlightenment*. Oxford, Blackwell Publishers, 1991; Franco Venturi, *Utopia e reforma no Iluminismo* (1ª ed. em inglês 1971, *Utopia and reform in the Enlightenment*). Bauru (SP), EDUSC, 2003; e Henry Steele Commager, *The empire of reason. How Europe imagined and America realized the Enlightenment*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1978. O consagrado historiador inglês Christopher Hill também se encontra entre os que não reconhecem a existência de um movimento ilustrado ou que minimizam a sua influência na Inglaterra (argumentando que atitudes geralmente associadas à Ilustração já eram bastante disseminadas no século XVI) ou, ainda, que não aceitam a “racionalidade mistificadora”, defendida por certos círculos intelectuais do século XVIII (ver “Introduction”, capítulo I, *The intellectual origins of the English Revolution revisited*, 1ª. ed. 1965. Oxford, Clarendon Press-Oxford University Press, 1997, pp. 3-14; e “Religion and intellectual life”, capítulo VI, Quarta Parte, *Reformation to Industrial Revolution*, 1ª. ed. 1967. Londres, Pelican Books, 1983, pp. 275-282).

po bastante específico – aquele que, justamente, poderia explicar o avanço tecnológico deste país em relação aos demais países europeus – que seria a disseminação do ideal da Ciência Aplicada ou da Tecnologia, consubstanciadas no desenvolvimento e na utilização das máquinas industriais. Esta é a opinião do historiador Paul Langford, um dos mais importantes especialistas na história inglesa do século XVIII. Sem deixar ainda de manifestar uma certa dúvida com relação à existência de uma Ilustração inglesa, Langford afirma:

Se existiu uma Ilustração Inglesa, ela se deu talvez neste sentido: uma ilustração da mentalidade prática. A fascinação de meados do século XVIII não se relacionava nem com polêmicas teológicas nem com especulações filosóficas, mas contrariamente com tecnologia aplicada³.

Um outro grande especialista na história inglesa do século XVIII, John G. A. Pocock, embora defensor da tese da existência de um diversificado movimento ilustrado na Inglaterra, chega inclusive a utilizar a expressão “buraco negro” para se referir aos poucos estudos sobre este movimento, existentes na própria Inglaterra. Isto indica a pouca importância que a historiografia de língua inglesa (além dos historiadores britânicos, aqui incluímos também os norte-americanos) estaria dando a um tema de grande relevância para o conhecimento da trajetória da Inglaterra e de toda a Grã-Bretanha⁴.

Nos anos 1970, entre as primeiras vozes dissonantes da opinião geral estavam as de Georges Gusdorf, George Rudé e Edward P. Thompson, que procuraram enfatizar as características e a dinâmica próprias da Ilustração inglesa, indicando a necessidade de se romper com um modelo de interpretação histórica baseado numa excessiva valorização da Ilustração francesa. O estudo de Gusdorf corresponde a uma análise mais geral do movimento ilustrado no continente europeu, enquanto o de Rudé insere a análise deste movimento num contexto bem mais amplo da história europeia no século

³ Paul Langford, “The eighteenth century (1688-1789)”, em Paul Langford e Christopher Harvie, *The 18th century and the age of industry – The Oxford History of Britain*. Oxford, Oxford University Press, 1992, p. 44.

⁴ John G. A. Pocock, “Clergy and Commerce: the conservative Enlightenment in England”, em L. G. Crocker e outros (Orgs.), *L'età dei Lumi: studi storici sul settecento europeo in onore di Franco Venturi*, Volume II. Nápoles, Jovene, 1985, p. 528. Ainda deste autor, sobre o tema da Ilustração, ver “Post-puritan England and the problem of the Enlightenment”, em Perez Zagorin (Org.), *Culture and politics from puritanism to the Enlightenment*. Berkeley (CA), University of California Press, 1980, pp. 91-111; e *Virtue, commerce and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. Cambridge (UK), Cambridge University Press, 1985.

XVIII. Mas, mesmo assim, estes dois historiadores apontam para a necessidade de ruptura com uma visão teleológica e anacrônica que procura analisar todo o século XVIII a partir do que ocorreu na Revolução Francesa de 1789, o que reforça a importância da indicação da particularidade que eles atribuem ao pensamento e às idéias da Ilustração no contexto social inglês⁵.

Entretanto, a voz dissonante mais ouvida pelos historiadores britânicos foi a de Edward P. Thompson, que, no final dos anos 1970, já se tinha tornado uma importante referência para os adeptos da historiografia marxista, que passava por um processo de renovação. Thompson, num debate mais geral acerca das “peculiaridades” intelectuais e culturais dos ingleses (travado sobretudo com textos de Perry Anderson), também defendeu a idéia de uma Ilustração ou um Iluminismo que se desenvolveu amplamente na Inglaterra, mas com características bastante diferentes das que o movimento teve no continente, particularmente na França. Sobre as “peculiaridades” da Ilustração inglesa ou britânica, e recorrendo à metáfora, este historiador inglês afirmava:

Na França, as forças da ortodoxia e do iluminismo enfrentaram-se face a face. Porém a Grã-Bretanha assemelhou-se mais a um país debilmente ocupado onde, a cada vez que a ortodoxia repelisse um pequeno ataque frontal, ela própria se encontraria molestada nos flancos, na retaguarda ou até em seu meio. O iluminismo desenvolveu-se na Grã-Bretanha não como uma enchente arremetendo contra um dique a despedaçar-se, mas como uma corrente a escorrer em margens erodidas, planícies lamacentas e córregos de um estuário cujos declives estão prontos para recebê-la⁶.

Entre os anos 1970 e 1990, uma outra voz dissonante, também bastante ouvida pelos historiadores britânicos, foi a da historiadora norte-americana Margaret C. Jacob, especializada nas histórias inglesa e europeia dos sé-

⁵ Ver Georges Gusdorf, *Les principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris, Payot, 1971; e George Rudé, *Europe in the eighteenth century: aristocracy and bourgeois challenge*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1972.

⁶ Edward P. Thompson, “As peculiaridades dos ingleses”, em Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (Orgs.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001, p. 120. Este artigo de Thompson (“As peculiaridades dos ingleses”) foi publicado, pela primeira vez, em 1978, no seu livro *The poverty of theory* (edição inglesa pela The Merlin Press, de Londres, e edição norte-americana pela Monthly Review Press, de Nova York). Entretanto, a tradução brasileira deste livro foi bastante modificada, não trazendo o mencionado artigo e concentrando-se numa crítica às idéias do filósofo marxista francês Louis Althusser (ver *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981).

culos XVII e XVIII, que não somente reconhece a especificidade da Ilustração inglesa, como também chega a designar o movimento ilustrado na Inglaterra como uma “Ilustração Newtoniana”, que estabeleceu relações diretas com a vida política, científica, cultural e religiosa daquele país, constituindo-se, juntamente com o ideário político-filosófico de John Locke, num dos pilares da visão de mundo latitudinária dos anglicanos liberais (o Partido *Whig*). Esta “Ilustração Newtoniana” influenciaria boa parte da intelectualidade da Europa Ocidental, na primeira metade do século XVIII, estabelecendo as matrizes gerais do movimento ilustrado neste período. Por outro lado, devemos entender que a problemática da Ilustração na Inglaterra é abordada por Margaret C. Jacob, a partir de seus estudos sobre a constituição e a consolidação da Ciência Moderna e a relação desta com a emergência da sociedade industrial, o que faz a autora enfatizar que “a ciência dos filósofos ingleses não aparece apenas como uma versão particular da Ilustração, mas também como o elo histórico entre a Revolução Científica em seu momento final, na fase inglesa, e as origens culturais da Revolução Industrial”⁷.

No âmbito específico da Inglaterra, segundo ainda Margaret C. Jacob, a Ilustração newtoniana se caracterizou por estabelecer os “termos” de uma “Ilustração moderada”, que esteve na base de sustentação político-ideológica da hegemonia *whig* e do estado hanoveriano, por quase todo o século XVIII. Num primeiro momento, a autora procurou explicitar, com bastante profundidade e originalidade, seu entendimento acerca do caráter moderado do movimento ilustrado na Inglaterra, diferenciando a atuação dos “filósofos ingleses” em relação à dos “filósofos” da França e dos demais países do continente:

Diferentemente da sua contraparte continental, os filósofos da Ilustração inglesa, em geral, não tiveram que enfrentar elites entrincheiradas e poderosas,

⁷ Margaret C. Jacob, *The cultural meaning of the scientific revolution*. Nova York, McGraw-HILL, Inc., 1988, pp. 139-140. Neste livro, ver sobretudo o capítulo IV – “Crisis and resolution: the Newtonian Enlightenment” (pp. 105-135) e o capítulo V – “The cultural origins of the first Industrial Revolution” (pp. 136-178). A problemática da “Ilustração Newtoniana” também é estudada por Jacob em *Scientific culture and the making of the industrial West*. Oxford-Nova York, Oxford University Press, 1997, p. 88; especialmente no capítulo IV, “The Newtonian Enlightenment” (pp. 73-96). Sobre a influência do newtonianismo e do latitudinarismo no pensamento social inglês no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, ver também de Jacob, *The Newtonians and the English Revolution: 1689-1720*. Hassocks (Sussex), The Harvester Press, 1976; principalmente o capítulo I, “Latitudinarian social theory and the new philosophy” (pp. 22-71).

freqüentemente hostis à inovação ou à educação conduzidas fora da supervisão clerical. Os promotores ingleses da nova ciência puderam concentrar suas energias na promoção de uma versão do conhecimento científico vinculada à aplicação industrial, que suas audiências avidamente abraçavam. Todavia, isto não significa que estes promotores de melhoramentos, em certos momentos, pudessem não experimentar uma alienação da ordem existente comparável com aquela experimentada pelos filósofos continentais. No final do século [XVIII] e no âmbito de círculos seletos, os promotores ingleses do melhoramento científico voltaram o seu entusiasmo contra a ordem política e social estabelecida. O radicalismo destes círculos rivaliza-se em intensidade àquele encontrado no continente durante as revoluções do final dos anos 1780 e anos 1790⁸.

Num segundo momento, Margaret C. Jacob explicitou, também com profundidade e originalidade, as razões do triunfo desta “Ilustração moderada” e a sua associação com a ordem *whig* dominante:

Na realidade, o elo entre a promoção da ciência Newtoniana e os interesses da oligarquia Whig não foi de nenhum modo acidental. Depois de 1714, a hierarquia latitudinária da Igreja Oficial, para horror do baixo clero, deu as suas bênçãos aos triunfantes Whigs. A ideologia científica de ordem e harmonia pregada nos púlpitos complementava a estabilidade política que, depois de 1689, eles procuraram dirigir tão confortavelmente. Na Royal Society, os seguidores de Newton, parcialmente como resultado de sua influência direta, estavam firmemente no controle da instituição e mantiveram os dissidentes *Tories* e anti-governistas fora dos postos de autoridade. Nos anos 1720, após a consumação da sucessão Hanoveriana (1714) – que assegurou a sobrevivência da Monarquia Protestante, do Partido Whig e da Igreja Oficial – uma nova geração de Newtonianos se tornou proeminente e assentou muito bem os termos de uma Ilustração Moderada na Inglaterra⁹.

Assim, seguindo os caminhos abertos principalmente por E. P. Thompson, Margaret C. Jacob e John G. A. Pocock, o historiador inglês Roy Porter, outro grande especialista em Inglaterra do século XVIII, procurou desenvolver, mais recentemente, um estudo específico sobre a Ilustração inglesa, no qual apresentou não apenas as particularidades do movimento em relação aos demais países da Europa continental, como também enfatizou a sua anterioridade em relação aos destes países, influenciando-os e servindo como modelo para o desenvolvimento de uma nova Ciência e Filosofia das

⁸ Jacob, *The cultural meaning of the scientific revolution*, op. cit., p. 140.

⁹ Jacob, *Scientific culture and the making of the industrial West*, op. cit., pp. 90-91.

Luzes no continente. No início dos anos 1980, Roy Porter publicou um artigo em que apresentava uma espécie de sinopse de um livro mais amplo e aprofundado, que só seria publicado praticamente vinte anos depois, que tomaremos como base para nossos comentários e reflexões¹⁰.

Neste livro, ao centrar a sua análise nas próprias características da Ilustração inglesa, Roy Porter fez uma crítica contundente e bem fundamentada à visão tradicional que (referenciada em Cassirer) nega a manifestação do movimento na Inglaterra e a existência de importantes pensadores no país, ou então com a perspectiva que coloca a França como o centro original do movimento ilustrado europeu. Porter chega a se espantar com uma coletânea recente com 34 artigos, organizada em 1996 pelo historiador James Schmidt, intitulada *What is Enlightenment? (O que é a Ilustração?)*, onde nenhum dos trabalhos apresentados procurou abordar a problemática da Ilustração na Inglaterra, não se esquecendo também de mencionar uma outra coletânea mais antiga, organizada em 1972 por Leonard M. Marsak, *The Enlightenment (A Ilustração)*, que referendava a centralidade da Ilustração francesa¹¹.

Em oposição a estas duas antigas tendências, Porter contra-argumenta (muito próximo de Margaret C. Jacob) que existiram filósofos de grande estatura nas terras britânicas e uma elite intelectual defensora de reformas sociais, que se associou ao *status quo* de liberdades civis e tolerância religiosa, instituído pelos *whigs*, participando ativa e entusiasticamente do projeto de sociedade deste segmento político, que envolvia diversas estratégias de “inclusão social” dos segmentos emergentes (sobretudo as “classes médias”), o que levaria à “harmonia” e à “estabilidade social”. Por outro lado, segundo o autor, coloca-se a necessidade de uma reflexão sobre a anterioridade da emergência do movimento ilustrado na Inglaterra, pois foi nela que surgiram as diversas correntes de idéia, responsáveis pelas matrizes da “criação do mundo moderno”¹².

¹⁰ Ver Roy Porter, “The Enlightenment in England”, em Roy Porter e Mikulás Teich (Orgs.), *The Enlightenment in national context*. Cambridge (UK), Cambridge University Press, 1981; e *Enlightenment. Britain and the creation of the modern world*. London, Allen Lane, The Penguin Press, 2000. Porter também é autor de um amplo estudo sobre a sociedade inglesa no século XVIII; ver *English society in the eighteenth century*. Londres, Penguin Books, 1990.

¹¹ Porter, *The Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 4 e 9.

¹² *Idem, ibidem*, pp. 10 e 18-19; sobre os objetivos principais da obra, ver especialmente “Introduction”, pp. XVII-XXIV. Em seu artigo de 1981, Porter chega a falar que não existiram “características peculiares” da Ilustração inglesa em relação ao movimento nos outros países do continente europeu, pois “praticamente todas as suas correntes irrigaram posteriormente as Ilustrações de outros lugares” (ver “The Enlightenment in England”, *op. cit.*, p. 4).

Além das particularidades da Ilustração inglesa, Roy Porter procurou enfatizar a inexistência, em terras britânicas, de um “projeto ilustrado monolítico”, em virtude do ambiente de idéias bastante pluralista que caracterizava o meio intelectual inglês e britânico. Os pensadores ilustrados ingleses, segundo Porter, eram homens de “mentes abertas”, que “adotavam o pluralismo” e cujas opiniões eram “muito mais irônicas, ao invés de dogmáticas”. “A tolerância”, continua o autor, “era fundamental e os protagonistas podiam apertar as mãos em determinados assuntos, enquanto trocavam farpas em outros”. Esta vanguarda intelectual heterogênea, segundo Porter, não se constituía como “uma rede de rebeldes perseguidos ou autores de publicações clandestinas”, como na França, porém se parecia muito mais com a “mesclada clientela” que conversava “nos abarrotados e fumacentos cafés”, formada por “homens que compartilhavam amplas convicções e afinidades, mas diferenciando-se, e concordavam em se diferenciar, em questões caras aos seus corações”¹³.

De acordo, com Porter, os pensadores ilustrados ingleses e britânicos não sofriam os mesmos dissabores que eram enfrentados pela *intelligentsia* ilustrada continental, pois,

Depois da Revolução Gloriosa de 1688, os textos legais incorporaram muito da lista de desejos dos ilustrados: liberdade da pessoa sob *habeas corpus*, o governo da lei, parlamento, tolerância religiosa, etc. Além disso, diferentemente de qualquer lugar, nem censura e espões policiais, nem obsoletos protocolos eclesiásticos, impediram que os homens articulados e ambiciosos perseguissem seus objetivos; fossem estes suas experiências com o livre-pensamento e a liberdade de vida, o auto-enriquecimento ou a procura do prazer. Promover a racionalidade ilustrada não significou assaltar barricadas, pois as portas estavam escancaradas para quem quisesse entrar no sistema, dando alguma plausibilidade à conhecida máxima de Bacon: *faber suae quisque fortunata* (“cada homem faz o seu próprio destino”). Somente no final do século XVIII, os novos homens da Ilustração começaram a se sentir radicalmente excluídos do *establishment* inglês¹⁴.

Ainda de acordo com Porter, o movimento ilustrado na Inglaterra e em toda a Grã-Bretanha não teve a pretensão de estabelecer profundos “avanços epistemológicos”, mas “ele foi primeiramente a expressão de novos valores morais e mentais, novos padrões de gosto, estilos de sociabilidade e visões da natureza humana”. Segundo este autor, tudo isto se “corporificou

¹³ *Idem, ibidem*, pp. XVIII e XXI.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 14.

praticamente” com “a renovação urbana, o estabelecimento de hospitais, escolas, fábricas e prisões; a aceleração das comunicações, a expansão da imprensa, das vias comerciais e do comportamento consumidor; a venda de novas mercadorias e novos serviços culturais”. Todas estas ações e realizações tiveram um impacto imediato sobre a vida cotidiana da população inglesa e redefiniram os alicerces da sua sociedade, ao longo do século XVIII¹⁵.

Assim, segundo Porter, “a união do homem de letras ao homem do mundo” se constituiu numa das principais características da Ilustração inglesa e dos seus pensadores, em relação aos movimentos nos demais países europeus. E o autor complementa seu raciocínio:

Indubitavelmente, a Inglaterra não produziu nenhum Kant, mas esta não é a questão; não há qualquer razão para que a metafísica sistemática possa ser considerada como o apogeu da Ilustração. Pensadores como Locke abominavam *l'esprit de système* e varriam para longe as velhas teias de aranha da escolástica; o meio mais engenhoso de se tornar um tolo, gracejava Shaftesbury, era o de ser um vendedor de sistema, que tornava ridículo o teste da verdade. Os modernizadores ingleses não tinham estômago para indigestos alimentos escolásticos; eles não eram acadêmicos que viviam em torres de marfim, mas homens (e mulheres) de letras que se jogaram no mundo mercantil e cortejaram o público, (...) retirando a filosofia das nuvens, para fazê-la ‘habitar Clubes e Reuniões, Mesas-de-Chá e Cafés’. Vendendo a filosofia para os deleites da vida urbana, e unindo o homem de letras ao homem do mundo, os pensadores ingleses tornaram sua atividade palatável, prática e prazerosa¹⁶.

Não poderíamos deixar de indicar também a contribuição que uma historiadora brasileira, Maria Lúcia G. Pallares-Burke, deu ao debate sobre a Ilustração inglesa, ao estudar o periódico *The Spectator*, fundado em 1711 por Joseph Addison e Richard Steele, cujo objetivo maior era “trazer a filosofia para a praça pública”. Para a autora, *The Spectator* (cuja primeira série circulou diariamente até 1714), além de se constituir num dos principais referenciais de divulgação da cultura ilustrada inglesa da primeira metade do século XVIII, tornou-se um modelo para a imprensa ilustrada de todo o continente europeu, o que, por sua vez, reforçaria a tese de que a Inglaterra foi a precursora do ideário da Época das Luzes¹⁷.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 14.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 11. A citação utilizada pelo autor é de Joseph Addison, um dos fundadores do famoso periódico *The Spectator*.

¹⁷ Ver Maria Lúcia G. Pallares-Burke, *The Spectator: o teatro das luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1995, pp. 17-18. Neste livro, ver, principalmente,

Maria Lucia G. Pallares-Burke vai um pouco mais além e, dialogando com Gusdorf, Rudé e Porter (em seu artigo do início dos anos 1980), aponta a “necessidade de um estudo que não pecasse por analisar o século XVIII a partir da grande Revolução Francesa de 1789”, fugindo da tentação teleológica ou do “vício” de se “interpretar o que precedeu em virtude do que sucedeu”. Combatendo a historiografia galocêntrica” e enfatizando a existência de um “Iluminismo inglês” e a sua anterioridade em relação aos movimentos no continente europeu, a autora afirma enfaticamente:

(...) a visão galocêntrica que tem prevalecido considera que a tarefa do Iluminismo foi arrasar com o *Ancien Régime* e construir um mundo livre. Para tanto, os iluministas tinham que ser radicais e revolucionários em sua atuação. O quadro em que agiam era fundamentalmente marcado por tumultos e jamais pela serenidade. Assim sendo, como os pensadores ingleses não eram radicais e revolucionários e viviam num ambiente de relativa serenidade, inferiu-se muitas vezes que a Inglaterra não teve um verdadeiro Iluminismo. Ora, um estudo do século XVIII que parta do início e que evite uma visão anacrônica do período torna evidente que, na história das idéias iluministas, a Inglaterra exerceu um grande papel – o de ter vindo primeiro¹⁸.

Deste modo, tomando como base as reflexões de Roy Porter e as idéias de historiadores como E. P. Thompson, Margaret C. Jacob e Maria Lúcia G. Pallares-Burke – obviamente, numa perspectiva diferente da afirmação de Paul Langford ou das opiniões mais tradicionais – gostaríamos de sustentar, neste trabalho, a idéia de que a Ilustração na Inglaterra significou muito mais do que a “fascinação” pela Tecnologia ou pela Ciência Aplicada de meados do século XVIII. Esta foi, sem nenhuma dúvida, um fator importante que se articulou às mudanças econômicas do país e à emergência, a partir dos anos 1780, da primeira potência industrial da história. Todavia, a hipótese que sustentaremos, aqui, entende inclusive que o fenômeno da Revolução Industrial não pode ser analisado sem o estabelecimento de uma relação íntima entre o processo de transformação econômica e os anseios de mudança política, intelectual e cultural surgidos nos meios ilustrados ingleses, formados sobretudo por aqueles setores das *middle classes* (classes médias) emergentes com o grande desenvolvimento econômico e comercial,

“Expressão de um iluminismo” (capítulo I) e “Uma novidade jornalística” (capítulo III), pp. 27-48 e 93-138, respectivamente.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 28-29.

mas ainda considerados *outsiders* (estranhos) em relação à ordem aristocrática vigente¹⁹.

Podemos até estabelecer um paralelo entre as Revoluções Francesa e Industrial, aliás já presente na interpretação hoje clássica de Eric J. Hobsbawm, que as considera como integrantes de um processo de “dupla revolução” (*dual revolution*). Assim como podemos dizer que muitas das idéias e práticas que emergiram na França no século XVIII estiveram na base da eclosão da Revolução Francesa, o mesmo faríamos em relação às idéias e às práticas surgidas na Inglaterra no mesmo período, que contribuíram para o início da Revolução Industrial. Em síntese, seguindo a perspectiva de Hobsbawm, estas duas revoluções correspondem aos marcos de implantação da sociedade capitalista industrial, fornecendo a primeira todo o quadro de referência política, jurídica e ideológica para a futura hegemonia burguesa-industrial, enquanto esta última possibilitou a criação das bases econômicas e comerciais (como as práticas livre-cambistas) que sustentaram materialmente aquela hegemonia²⁰.

¹⁹ As *middle classes* (classes médias) eram formadas por diversos grupos sociais com interesses e perspectivas distintas, entre os quais se encontravam altos funcionários civis e militares, profissionais liberais (médicos, advogados, professores), religiosos (anglicanos ou dissidentes), pequenos e médios proprietários rurais, comerciantes, banqueiros e industriais. Eram assim denominados porque se distinguiam da “aristocracia” e da “classe trabalhadora” dos campos e das cidades inglesas, embora alguns dos “setores intermediários”, que se enriqueceram e/ou se destacaram por serviços prestados ao Estado, tenham podido ascender à “nobreza”, através da obtenção de títulos concedidos pelos monarcas. No século XIX, como muitos comerciantes, banqueiros e industriais acumularam fortunas consideráveis, a hierarquia baseada na titularidade sanguínea ou outorgada foi substituída pela fundada na riqueza e no capital possuídos (ou não, como no caso dos trabalhadores rurais e urbanos, o novo proletariado). Embora a expressão *middle classes* continuasse a ser usada no século XIX, passou a ser cada vez mais comum a utilização do termo francês *bourgeoisie* (burguesia) para designar o conjunto dos proprietários do capital ou dos meios de produção, que, além de comerciantes, banqueiros e industriais, também incluía a antiga aristocracia, agora transformada num segmento capitalista agrário que podia ainda investir seu capital em outras atividades econômicas. Sobre isto, ver Langford, “The progress of politeness” (capítulo II), *A polite and commercial people: England, 1727-1783*. Oxford-Nova York, Oxford University Press, 1992, pp. 59-121; Porter, “Happiness” (capítulo XI), “The pursuit of wealth” (capítulo XVII), e “Reform” (capítulo XVIII), *Enlightenment... op. cit.*, pp. 258-275, 383-396 e 397-423, respectivamente; e Eric J. Hobsbawm, “Conclusão: rumo a 1848” (capítulo XVI), em *A era das revoluções: 1789-1848* (1ª ed. em inglês 1962). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, pp. 321-332; e “O mundo burguês” (capítulo XIII), em *A era do capital: 1748-1775* (1ª ed. em inglês 1975). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, pp. 241-260. Sobre a emergência das “classes médias” no ambiente londrino, ver, ainda, o importante estudo de Peter Earle, *The making of the English middle class: business, society and family life in London, 1660-1730*. Londres, Methuen, 1989.

²⁰ Hobsbawm, *A era das revoluções... op. cit.*, pp. 15-20.

Retornando à problemática da Ilustração na Inglaterra, gostaríamos de assinalar mais diretamente que este movimento foi amplo e abarcou diversos campos da vida cultural e intelectual, além de incluir perspectivas e anseios diversos de reforma social (econômica, política, religiosa e educacional), que, no final do século XVIII, chegaram a se constituir, inclusive, pela vertente de um pensamento mais radical, como veremos mais adiante. Por outro lado, tal como se tem procedido em relação à Ilustração na França e no continente europeu, é importante estabelecermos uma periodização para a Ilustração na Inglaterra, que, embora levando em consideração as particularidades do movimento neste país, acompanha a periodização, para todo o movimento continental, consagrada pelos grandes especialistas no tema.

O historiador inglês Norman Hampson fala em três momentos do movimento ilustrado no continente europeu: um primeiro, entre 1715 e 1740, que coincide com um período de “estabilidade política” e com o triunfo do “teísmo confiante de alguns escritores da época”; um segundo período, entre 1740 e 1763, que coincide com as diversas guerras travadas pelas potências européias e com “a crescente dúvida dos intelectuais”; e o terceiro e último período, entre 1763 e 1789, “concluído com a Revolução Francesa”²¹. Entretanto, antes mesmo de Hampson, o historiador francês Paul Hazard, ao falar sobre a “crise da consciência européia”, entre 1680 e 1715, já procurava estabelecer ali as origens do movimento ilustrado europeu, enfatizando claramente a sua herança em relação ao movimento da Revolução Científica e do Racionalismo, triunfantes a partir de meados do século XVII²². Um outro historiador francês, também anterior a Hampson, Georges Lefebvre, procurou estender a duração da Ilustração para além da Revolução Francesa, vendo nesta a culminação do movimento e a sua plena realização, sobretudo na França, com Napoleão Bonaparte²³. Este prolongamento da Ilustração também é afirmado por historiadores mais contemporâneos, que defendem a existência de uma “Ilustração Tardia” ou um “Iluminismo Tardio”, na virada do século XVIII para o XIX, o que, de certo modo, coincidiria com a Revolução Francesa e o período Napoleônico²⁴.

²¹ Hampson, *The Enlightenment...*, *op. cit.*, p. 12.

²² Ver a obra clássica de Paul Hazard, *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris, Boivin & Cia., 1935.

²³ Georges Lefebvre, *Napoléon*. Paris, P.U.F., 1953, p. 69.

²⁴ Um autor que tem se dedicado ao estudo do “Iluminismo Tardio” na França é o historiador italiano Sergio Moravia, *Il pensiero degli ideologues. Scienza e filosofia in Francia (1780-1815)*.

Para o historiador brasileiro Francisco Falcon, o mais importante, nestes esforços periodizantes, não é o estabelecimento de uma rígida periodização e uma “exaustiva e sempre infinita cadeia dos chamados ‘precursores’ e dos pseudo-sucessores” do movimento. Segundo ele, deve-se ter “sempre em vista que o seu ‘período axial’ está situado um pouco antes e um pouco depois de 1750”, estando o movimento articulado, “em suas origens”, com “as conquistas da ‘Revolução Filosófica e Científica’ do século XVII” e com “a crise da consciência européia”, abrindo-se o seu final “no rumo de duas direções bem diversas mas ligadas entre si: a crise revolucionária e o sentimentalismo romântico”²⁵.

Levando em consideração as indicações de Francisco Falcon, gostaríamos de falar em dois grandes e distintos momentos da Ilustração inglesa, que correspondem mais ou menos às duas metades do século XVIII, em virtude das características diferenciadas dos grupos formuladores de ideais e de suas ênfases intelectuais, como mostraremos nos itens seguintes deste trabalho. Não poderíamos deixar de assinalar que Roy Porter também trabalha com uma perspectiva de periodização para a Ilustração inglesa bastante semelhante, chegando a falar numa “primeira Ilustração” – ou “Ilustração inicial” – e numa “segunda Ilustração” – ou “Ilustração avançada”, correspondentes às duas metades do século XVIII²⁶.

II – A Ilustração Inglesa na Primeira Metade do Século XVIII: as Influências do Latitudinarismo e do Mecanicismo Newtoniano

O momento inicial da Ilustração inglesa, correspondente à primeira metade do século XVIII, foi marcado pelo predomínio do *latitudinarismo* ou

Florença, La Nuova Italia, 1974; e *Il tramonto dell'illuminismo. Filosofia e política nella società francese (1770-1810)*. Roma-Bari, Laterza, 1986. Sobre este assunto, ver também Lorelay B. Kury, “Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio”, em Luiz Carlos Soares, *Da revolução científica à “big-business science”: cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia*. São Paulo-Niterói, Editora Hucitec-EDUFF, 2001, pp. 105-154.

²⁵ Francisco José Calazans Falcon, *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo, Editora Ática, 1982, pp. 102-103.

²⁶ Porter, *Enlightenment...*, *op. cit.*, p. XVII. O autor usa as expressões “first” ou “early Enlightenment” e “second” ou “late Enlightenment”. Preferimos traduzir esta última expressão por “Ilustração avançada”, e não por “Ilustração tardia”, para que não houvesse nenhuma confusão com o significado que a problemática do “Iluminismo Tardio” tem trazido para os estudos históricos. Inclusive, a intenção de Porter, com a utilização da expressão “late Enlightenment”, não é a de designar um período último ou mais tardio cronologicamente, que incluiria as décadas finais do século XVIII e se prolongaria pelas décadas iniciais do século XIX.

do *pensamento latitudinário* – resultante do triunfo do liberalismo *whig* e do anglicanismo liberal, após a Revolução Gloriosa de 1688-1689. O latitudinarismo apontava claramente para a defesa da nova Ciência Racionalista e Experimental e de uma Teologia Anglicana renovada, fundamentada nos princípios de uma *fé racional* e não na antiga superstição que estava na base do cristianismo tradicional. O latitudinarismo defendia ainda a reconciliação entre os cristãos, sobretudo com os *protestantes dissidentes* ou *não-conformistas*, baseados na política de *tolerância religiosa* estabelecida por Guilherme III, logo após a Revolução Gloriosa (*Act of Toleration*, de 1689)²⁷.

Os principais alicerces do pensamento latitudinário, nos campos filosófico, científico, teológico e político, eram John Locke, Isaac Newton e Samuel Clarke. O ideário latitudinário se fundamentava na valorização de uma racionalidade sensualista, empirista e indutivista, que integrava plenamente os sentidos ao exercício da razão, tal como preconizara Locke no *An essay concerning human understanding* (*Ensaio sobre o entendimento humano*, de 1689), e que entendia o conhecimento do mundo e da natureza – quer dizer, a descoberta da verdade – como um processo sempre parcial e cumulativo, tal como Newton adiantara enfaticamente nos *Philosophiae naturalis principia mathematica* (*Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*, de 1687) e na *Optica* (*Ótica*, de 1704)²⁸.

²⁷ Os protestantes dissidentes ou não-conformistas eram homens ligados às correntes protestantes não-anglicanas, tais como a Batista, a Anabatista, a *Quaker*, a Presbiteriana (denominação do calvinismo na Inglaterra e na Escócia) e a Independente (também chamada de Congregacionalista). Estas correntes se constituíram no século XVI e, em meados do XVII, promoveram a Revolução Puritana (1648-1660), que aboliu a monarquia e levou Oliver Cromwell ao poder. Após a restauração da monarquia e da dinastia Stuart, com o rei Carlos II, o parlamento aprovou, em 1662, o *Act of Uniformity* (Lei da Uniformidade), que tentou estabelecer uma padronização religiosa a partir do anglicanismo e obrigou os protestantes não-anglicanos a se conformarem aos fundamentos teológicos e aos ritos da religião oficial. Como estes se recusaram a se submeter à padronização religiosa, foram perseguidos e passaram, então, a ser chamados de dissidentes (*dissenters*) ou não-conformistas (*non-conformists*).

²⁸ Isaac Newton tornou-se professor catedrático de Matemática do *Trinity College* da Universidade de Cambridge aos 26 anos, em 1669, sendo eleito membro (*fellow*) da *Royal Society* de Londres em 1672. Depois da publicação dos três livros completos dos *Principia* pela *Royal Society*, em 1687, Newton se tornou uma celebridade e foi indicado para fazer parte da Câmara Baixa do Parlamento, representando a Universidade de Cambridge, encerrando aí sua brilhante carreira acadêmica. Depois do triunfo da Revolução Gloriosa, foi indicado para o cargo de Diretor da Real Casa da Moeda (*Royal Mint*) da Grã-Bretanha, em 1696. Em 1703, foi eleito Presidente da *Royal Society*, cargo que ocupou até a sua morte, publicando a *Optica* no ano seguinte à eleição. Em 1705, com o sucesso desta última obra e em reconhecimento à sua importância filosófica e científica, a Rainha Anne lhe concedeu o título de Cavaleiro do Império Britânico. Ver M. L. Benjamin, “Newton, Sir Isaac (1642-1727)”, em Jeremy Black e

A intolerância e a superstição religiosas, representadas pelo conservadorismo e pelo tradicionalismo *tory*, eram plenamente atacadas com base nos ideais lockeanos da *Letter concerning toleration* (*Carta sobre a tolerância*, de 1689)²⁹, seguidos pelos teólogos anglicanos liberais, como Samuel Clarke, que, em 1712, iniciou um processo de radicalização do latitudinarismo, ao publicar o livro *The scripture-doctrine of the Trinity* (*A doutrina bíblica da Trindade*). Nesta obra, Clarke praticamente formulou as bases de uma nova interpretação trinitária que recuperava as antigas idéias do Bispo Arius (século IV) e afirmava que o poder divino não se constituía de “três pessoas eternas e em posição de igualdade, mas que o Deus Pai era supremo e Jesus, embora pré-existente e divino, era subalterno”. As idéias de Clarke tiveram um enorme impacto não somente sobre os círculos anglicanos, como também entre diversos setores dissidentes ou não-conformistas, como abordaremos adiante³⁰.

Na realidade, as idéias de Clarke contribuíram para a formação de um *novo pensamento teísta* no século XVIII, que se dirigiu tanto para a reinterpretação das doutrinas cristãs, como para o surgimento de uma nova perspectiva do fenômeno divino, desatrelada da tradição cristã, que entendia a figura de

Roy Porter (Orgs.), *A dictionary of eighteenth-century world history*. Oxford, Blackwell Publishers, 1994, pp. 512-514.

²⁹ John Locke ainda publicou, em 1690, o livro *Two treatises on government*, defendendo os princípios da monarquia constitucional e parlamentar e a idéia de que a autoridade política se baseava no consentimento popular. Este livro foi escrito no início dos anos 1680, quando Locke esteve associado a Anthony Ashley Cooper (mais tarde *Earl of Shaftesbury* e defensor de uma perspectiva religiosa teísta) e a outros *whigs* radicais, que planejavam a derrubada do monarca Carlos II, numa ação conhecida como *Rye House Plot*, realizada em 1683. Com o fracasso desta tentativa, Locke se exilou na Holanda, de onde manifestou sua oposição à sucessão de Carlos II por seu irmão católico Jaime II, em 1685, e só retornou a Londres em 1689, com o triunfo da Revolução Gloriosa, na Comitiva de Guilherme de Orange. Locke também chegou a praticar a medicina e se tornou membro (*fellow*) da *Royal Society* de Londres, em 1668, época em que esteve envolvido com a nova ciência experimental, influenciado pelo amigo Robert Boyle. Também manteve uma sólida relação de amizade com Isaac Newton. Ver John P. Wright, “Locke, John (1632-1704)”, em Black & Porter, *op. cit.*, 1994, pp. 419-420. A influência de Locke no pensamento político e no estabelecimento das instituições políticas da Inglaterra pós-1689 também é abordada por Porter, “The science of politics” (capítulo VIII), em *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 184-204.

³⁰ Sobre o impacto da obra de Samuel Clarke e o pensamento latitudinário inglês, ver, respectivamente: R. K. Webb, “The unitarian background”, em Barbara Smith (Org.), *Truth, liberty, religion. Essays celebrating two hundred years of Manchester College-Oxford*. Oxford, Manchester College-Oxford, 1986, pp. 1-30 (especialmente p. 7); e Margaret C. Jacob, “The Newtonian Enlightenment” (capítulo IV), em *Scientific culture and the making of the industrial west*, *op. cit.*, pp. 73-96.

Deus muito mais como um ser lógico e racional, que não necessitava do artifício da magia e do mistério para exercer o seu poder de criação e estabelecimento da ordem do mundo. Caminhava-se, com esta segunda variante, para a perspectiva de uma *Religião Natural ou Racional*, cuja primeira grande defesa, na Europa continental, se manifestaria nas *Lettres philosophiques (Cartas inglesas)* do Senhor de Voltaire³¹.

Nesta obra, publicada em 1733, Voltaire, impressionado com o que vira no seu exílio londrino (1727-1729), falou entusiasticamente da monarquia parlamentar e constitucional, do clima de liberdade e tolerância política e religiosa existente na Grã-Bretanha e da importância de Locke e Newton, como dois grandes sustentáculos de uma nova perspectiva filosófica e científica racional, empirista e experimental. Voltaire enfatizava a façanha pioneira dos ingleses ao terem banido o despotismo e estabelecido o controle sobre o poder monárquico:

A nação inglesa é a única sobre a face da terra que teve sucesso no controle do poder dos reis, resistindo a eles, que através de sucessivos esforços estabeleceu finalmente este sábio sistema de governo no qual o príncipe, todo-poderoso por fazer o bem, tem suas mãos atadas para fazer o mal, no qual os aristocratas são grandes sem arrogância e vassalagem, e no qual o povo participa do governo sem confusão³².

Posteriormente, os esforços intelectuais de Voltaire se dirigiram para o estudo e a divulgação do pensamento de Newton – por exemplo, com o livro *Éléments de la philosophie de Newton (Elementos da Filosofia de Newton, de 1738)*, contribuindo para tornar famoso o físico inglês primeiramente na França e, posteriormente, em todo o continente europeu³³. Assim, como afirma o historiador norte-americano Daniel J. Boorstin, Newton foi transformado no “primeiro herói popular da Ciência Moderna”, com suas teses físicas e astro-

³¹ As características do debate religioso na Ilustração inglesa podem ser vistas, de modo mais sintético, em Porter, “Rationalizing religion” (capítulo V) e “Secularizing” (capítulo IX), em *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 96-129 e 205-228, respectivamente.

³² François-Marie Arouet de Voltaire, *Letters on England* (1ª. ed. em francês 1733). Londres, Penguin Books, 1980, p. 45.

³³ Sobre a divulgação do pensamento newtoniano na Europa Continental, ver Paolo Casini, “Briareu em miniatura’: Voltaire divulgador de Newton”, em *Newton e a consciência européia* (1ª ed. em italiano 1983). São Paulo, Editora da UNESP, 1995, pp. 83-103; e J. Bronowski e Bruce Mazlish, “Voltaire: ciência e sátira” (capítulo XIV), em *A tradição intelectual do Ocidente* (1ª ed. em inglês 1960). Lisboa, Edições 70, 1983, pp. 261-277.

nômicas, suplantando definitivamente a Teoria Corpuscular (ou “Teoria dos Turbilhões”) de René Descartes, e, o que é mais importante, referenciando toda a primeira geração de ilustrados continentais até cerca de 1750³⁴. Neste sentido, pode-se, então, falar num *primeiro momento (fase) da Ilustração plenamente newtoniana (Ilustração Newtoniana*, como quer Margaret C. Jacob) ou então numa *primeira geração de ilustrados newtonianos*, marcada pela idéia de mundo ou natureza com uma estrutura (ordem) fixa e perfeita, desde o seu estabelecimento pelo “Criador”³⁵.

Na realidade, a importância de Newton neste primeiro momento da Ilustração indica um fato não muito considerado pelos historiadores, que é a base ou a matriz intelectual e cultural inglesa do movimento na primeira metade do século XVIII, o que era reconhecido por importantes pensadores franceses de meados do século, como Denis Diderot e Jean le Rond d’Alembert (editores da *Enciclopédia*). Diderot chegou a afirmar que “sem os ingleses, a razão e a filosofia ainda estariam, na França, na mais insignificante infância” e que os grandes nomes da filosofia francesa, como Voltaire e Montesquieu, “eram alunos e seguidores dos filósofos e dos grandes homens da Inglaterra”³⁶. D’Alembert, no famoso “Discurso Preliminar” da *Enciclopédia*, ao falar da importância de Newton, não deixou de tecer um comentário, de natureza semelhante, em relação a um certo “atraso” no conhecimento da nova teoria física por ele anunciada:

Newton, é verdade, encontrou em seus contemporâneos menores contradições, seja porque as descobertas geométricas pelas quais se deu a conhecer e das quais não se lhe podia disputar nem a propriedade nem a realidade, tivessem tornado um hábito admirá-lo e render-lhe homenagens que não eram nem demasiado súbitas nem demasiado forçadas, seja que, por sua superioridade, impusesse silêncio à inveja, seja enfim, o que parece mais difícil de acreditar, que tivesse de tratar com uma nação menos injusta do que outras. Teve a singular vantagem de ver, ainda em vida, sua Filosofia geralmente aceita na Inglaterra e de ter todos os seus compatriotas como partidários e admiradores.

³⁴ Daniel J. Boorstin, *Os descobridores. De como o homem descobriu a si mesmo e ao mundo* (1ª ed. em inglês 1983). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, pp. 366-367.

³⁵ Ver Jacob, *op. cit.*, pp. 73-96; e Thomas L. Hankins, “The character of Enlightenment” (capítulo I) e “Mathematics and the exact sciences” (capítulo II), em *Science and the enlightenment* (1ª ed. 1985). Cambridge (UK), Cambridge University Press, 1997, 1-16 e 17-45, respectivamente.

³⁶ Denis Diderot, *Oeuvres complètes*, ed. 1875-77, Volume III, p. 416; citado por Gay, *The Enlightenment...*, *op. cit.*, p. 12.

Todavia, muito faltava para que o resto da Europa desse então a mesma acolhida a suas Obras. Não somente eram desconhecidas na França, mas a Filosofia escolástica nela dominava ainda, quando Newton já derrubara a Física Cartesiana e os turbilhões estavam destruídos antes que pensássemos em adotá-los. Levamos tanto tempo para defendê-los quanto para aceitá-los. Basta abrir nossos Livros para ver com surpresas que faz apenas vinte anos que começamos, na França, a renunciar ao Cartesianismo. (...) De fato, nossa nação, singularmente ávida de novidades em matéria de gosto, em matéria de Ciência, pelo contrário, é muito ligada às opiniões antigas”³⁷.

Parece-nos que isto é mais do que suficiente para afirmarmos não apenas a existência de um movimento ilustrado inglês, como também a sua anterioridade em relação aos movimentos da Europa continental, embora o termo *Enlightenment* só tenha aparecido na língua inglesa no século XIX, para significar a existência (no século anterior) de uma *Age of Reason* (Era da Razão). Todavia, o filósofo inglês George Berkeley já falava, no início do século XVIII, de um “oceano de luz, que irrompeu e construiu o seu caminho, apesar da escravidão e da superstição”. Em 1733, no seu *Essay on man* (*Ensaio sobre o homem*), o poeta Alexander Pope fazia uma grande homenagem à síntese newtoniana e anunciava que esta trouxera a “Luz”:

Nature and Nature’s laws lay hid in night.
Good said, ‘let Newton be!’ and all was light³⁸.

O próprio termo francês *Lumières*, ou a metáfora das “Luzes”, não se generalizaria senão a partir do início dos anos 1740, significando a racionalidade, o conhecimento, o entendimento, a inteligência, a civilização, o progresso da espécie humana. O próprio Voltaire, que, durante seu exílio londrino, acrescentou uma “variante newtoniana ao texto de seu poema”, *La Henriade* (de 1728), utilizou o termo *lumière*, mas num sentido eminentemente físico, ao falar sobre o Sol: “(...) o astro do dia, aceso pelo próprio Deus, que

³⁷ Jean le Rond D’Alembert, “Discurso preliminar”, em D’Alembert e Diderot, *Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios. Por uma sociedade de letrados* (1ª ed. em francês do Tomo I, 1751). São Paulo, Editora da UNESP, 1989 (Edição bilíngüe francês-português), pp. 76-77. Cabe aqui lembrar que, originalmente, estes dois pensadores tinham como projeto a tradução da *Cyclopaedia or an universal dictionary of arts and sciences*, de Ephraim Chambers publicado em 1728, em Londres. Como, na opinião deles, esta publicação tinha algumas deficiências, preferiram organizar um trabalho novo e diferente daquele que originalmente lhes despertara a atenção. Ver Diderot, “Prospecto”, em D’Alembert e Diderot, *op. cit.*, pp. 118-119.

³⁸ Hampson, *op. cit.*, p. 38.

roda sobre seu eixo de chamas: emite sem fim torrentes de luz” (*lumière*)³⁹. No caso francês, a metáfora das “Luzes” sustentaria uma série de críticas profundas às instituições do Antigo Regime, da Monarquia Absolutista, e – revestindo-se de um claro anticlericalismo – à hegemonia religiosa e cultural que o clero católico ainda exercia no interior da sociedade, advogando a necessidade de urgentes reformas políticas, educacionais, sociais, consoantes com os “progressos” da “civilização humana”⁴⁰.

Retornando à Inglaterra, poderíamos dizer que os ilustrados da primeira metade do século XVIII – os *ilustrados latitudinários* – de certo modo, faziam parte do *establishment* ou estavam bem próximos dos núcleos de poder, situação que se reforçou depois de 1714, quando subiu ao trono a dinastia de Hanover, com Jorge I. Logo no ano seguinte, foi sufocada a *Primeira Revolta Jacobita*, que se constituiu num levante de setores do Partido *Tory* (representante da velha aristocracia rural), numa tentativa de restauração da dinastia Stuart, através de James Francis Edward (filho do deposto Jaime II), pretendente ao trono como Jaime III⁴¹. Os *whigs* mantiveram uma longa e plena hegemonia na vida político-parlamentar durante os reinados de Jorge I (1714-1727) e Jorge II (1727-1760) e, naturalmente, os anglicanos liberais ou latitudinários constituíram a base do partido hegemônico, procurando defender a causa da liberdade política, civil e religiosa e se opor ao conservadorismo dos *tories*, limitados à atuação oposicionista e excluídos das atividades da Corte durante os reinados dos dois primeiros reis hanoverianos. Evidentemente que, para a “elite intelectual” anglicana liberal e latitudinária, o ideal de “progresso” e a defesa das “luzes” significavam a luta contra a intolerância política e religiosa *tory* (sobretudo em relação aos dissidentes religiosos) e a construção de uma Grã-Bretanha cada vez mais marcada pelo “espírito comercial” e pelos princípios da “polidez” e da “civildade”⁴².

³⁹ François Marie Arouet de Voltaire, *La Henriade*, 2ª. ed., Canto VII, Volume VIII. Paris, Ed. Moland, 1728, p. 170; citado por Casini, *op. cit.*, pp. 87-88 e 102.

⁴⁰ Hof, *op. cit.*, p. 4; e Michel Delon, “Représentations des Lumières”, em Michel Delon (Org.), *Dictionnaire européen des lumières*. Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 660-661.

⁴¹ Em 1745, os Jacobitas reeditaram a antiga aliança com os Stuarts, desta vez com Charles Edward (filho de James Francis Edward e neto de Jaime II) e promoveram uma *Segunda Revolta Jacobita*, novamente derrotada pelas forças da ordem liberal. (Langford, “The eighteenth century (1688-1789)”, *op. cit.*, pp. 11-13; Philip Woodfine, “Jacobites”; e Jeremy Black, “Stuart, James Francis Edward (1688-1746)”, em Black & Porter, *op. cit.*, pp. 366-367 e 705-706, respectivamente).

⁴² Langford, *A polite and commercial people...*, *op. cit.*, pp. 1-7 e 59-60; e Porter, *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 22-23.

As “luzes” latitudinárias não se restringiram apenas aos campos políticos e religiosos. Pode-se dizer que seus princípios se espalharam pelos campos da Filosofia, das Ciências, das Artes e da Cultura em geral, na primeira metade do século XVIII, num movimento de renovação, que se articulava com a emergência de novos grupos e demandas sociais no cenário britânico, sobretudo com o desejo de ampliação dos direitos políticos, civis e religiosos das “classes médias”. A constatação desta realidade permitiu a Diderot estabelecer uma comparação entre os meios intelectuais da Inglaterra e da França, falando entusiasticamente do prestígio que os “filósofos” tinham naquele primeiro país e, tristemente, do clima de perseguição que se abatia sobre eles neste último:

Na Inglaterra, os filósofos são reverenciados, respeitados, eles ascendem a cargos públicos, eles são enterrados junto aos reis (...). Na França, mandados de prisão são expedidos contra os filósofos, eles são perseguidos, ameaçados com cartas pastorais. (...) Podemos ver que a Inglaterra não é pior por isso?⁴³.

Por outro lado, nos campos filosóficos e científicos, os princípios latitudinários, referenciados numa perspectiva mecanicista, empirista e experimental, cada vez mais indicavam a necessidade de desenvolvimento de uma Ciência que pudesse ser “aplicada” às necessidades da população, principalmente no âmbito da produção material. Passou-se a cultivar amplamente a idéia de que as forças da natureza, mecânica e matematizada, poderiam ser colocadas a serviço do homem, proporcionando-lhe bem-estar e reduzindo-lhe o fardo do trabalho⁴⁴.

Se, num primeiro momento, o ideal de desenvolvimento da *Ciência Aplicada* se restringiu às discussões travadas nas sessões da *Royal Society* de Londres e nas *Philosophical Transactions* (*Atas Filosóficas*, periódico que publicava os trabalhos apresentados nas sessões da entidade), num segundo momento se disseminou para um público mais amplo, formado, sobretudo, por novos setores profissionais, surgidos com o crescimento comercial e manufatureiro da Inglaterra. Para esta “popularização” do ideal da *Ciência Aplicada*, de acordo com Margaret C. Jacob, foram fundamentais

⁴³ Diderot, *Oeuvres complètes*, *op. cit.*, Volume II, p. 80.; citado por Porter, *Enlightenment...*, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁴ Ver Jacob, “The cultural origins of the First Industrial Revolution”, Capítulo V, *op. cit.*, pp. 99-115.

[...] os cursos dados por professores viajantes, a partir de um paciente estudo de manuais baseados nos *Principia* [de Newton], em compêndios de mecânica prática ou manuais usados em academias privadas formadoras de artesãos, ou no comparecimento regular às seções de sociedades voluntárias”, que se formaram a partir de meados do século XVIII⁴⁵.

Margaret C. Jacob cita os nomes de dois “professores viajantes”, Francis Hauksbee e Jean Desaguliers (um huguenote francês exilado), muito ligados a Newton, que trabalharam para a *Royal Society* durante a sua presidência e se tornaram grandes divulgadores da Física newtoniana, na primeira metade do século XVIII. Hauksbee e Desaguliers escreveram importantes manuais que tornaram, em meados deste século, “o conhecimento mecânico aplicado disponível para qualquer um que fosse sumamente alfabetizado em inglês, e depois em francês e holandês”. O livro de Hauksbee, publicado em 1719, intitulava-se *Physico-mechanical experiments in various subjects (Experimentos de físico-mecânica em diversos assuntos)* e era um resultado de suas aulas e conferências que foram consideradas, na Inglaterra, como os primeiros ensinamentos de mecânica aplicada realmente baseados nos *Principia* de Newton, e nas suas “leis gerais de atração e repulsão, comuns a toda a matéria”⁴⁶.

Desaguliers, por sua vez, chegou a ser considerado como o newtoniano mais famoso nos anos 1720 e 1730 e obteve grande parte do seu conhecimento teórico e prático como “experimentador oficial” da *Royal Society*, deixando esta função por outra mais lucrativa, que era ministrar cursos de dez semanas sobre Física newtoniana e suas possibilidades de aplicação, para homens e mulheres que pagavam uma taxa de inscrição de dois guinéus. O resultado destas aulas foi reunido num manual intitulado *A course of experimental philosophy (Um curso de filosofia experimental)*, publicado inicialmente em 1734 e revisado e ampliado em 1744), que se tornou uma obra de consulta quase obrigatória para todos os interessados na aplicação industrial dos princípios mecânicos, pneumáticos, hidrostáticos e hidrodinâmicos, anunciados pela Física newtoniana. Anteriormente, em 1728 (um ano depois da morte de Newton), Desaguliers publicou o livro *The Newtonian system of the world: the best model of government, an allegorical poem (O sistema newtoniano do mundo: o melhor modelo de governo, um poema alegórico)*, no qual, além de celebrar a garantia da liberdade e dos direitos civis pela monarquia britânica,

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 110.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 94-95.

defendia uma “aplicação explícita da Física à Política”, como assinalou Roy Porter⁴⁷.

Na realidade, foram estes cursos e debates acerca da Ciência Experimental e Aplicada, de base newtoniana, que criaram o clima de “fascinação”, apontado por Paul Langford, em relação à tecnologia aplicada, em meados do século XVIII. Entretanto, como indicamos acima, esta fascinação foi uma das dimensões do movimento ilustrado inglês, que abarcou outros domínios da vida cultural e intelectual.

III – Os Novos Grupos Sociais e suas Demandas Políticas e Culturais na Segunda Metade do Século XVIII

Nos anos 1750, o pensamento latitudinário já tinha sido incorporado pelas instituições inglesas e já não era mais considerado uma força renovadora, como fora no início do século. A emergência de novos grupos sociais, sobretudo as “classes médias”, formadas por funcionários civis e militares, profissionais liberais (médicos, advogados e professores), religiosos (clérigos anglicanos e ministros dissidentes), pequenos e médios proprietários rurais, industriais, banqueiros e comerciantes, apontava a existência de limites no projeto latitudinário do anglicanismo liberal, que não procurava ultrapassar a estratégia da tolerância política e religiosa em relação aos protestantes dissidentes ou não-conformistas, que também constituíam a base dos setores sociais mencionados. Além disto, o projeto latitudinário estava muito desgastado, em virtude da sua associação à hegemonia que o Partido *Whig* exercia desde o início do século XVIII, hegemonia esta aprofundada com os longos governos dos primeiros-ministros Walpole (1721-1742) e Pelham (1744-1754). Na segunda metade do século, o hegemonismo *whig* acabou por desgastar o próprio partido e isto possibilitou ao Rei Jorge III (1760-1820) se aproximar mais dos *tories* e retirá-los do ostracismo a que estavam condenados desde a Primeira Revolta Jacobita, para terem uma participação mais destacada na Corte e na vida político-parlamentar, o que ocorreu a partir dos anos 1780⁴⁸.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 110-111; e Porter, *Enlightenment...*, *op. cit.*, p. 137. A relação da Física newtoniana com o processo intelectual que possibilitou a transformação industrial da Inglaterra, a partir dos anos 1780, também é estudada por Soares, “O mecanicismo e as bases intelectuais da Revolução Industrial Inglesa”, em *Revista de Economia*, Volume 27, Número 1 (25). Curitiba, Editora da UFPR, 2001, pp. 103-133.

⁴⁸ Sobre a longa hegemonia do Partido *Whig*, ver Langford, “The eighteenth century (1688-1789)”, *op. cit.*, pp. 40-61; e “Robin’s reign, 1727-1742” (capítulo I); “Patriotism unmasked,

Depois da queda do Gabinete Pelham, os governos britânicos não tiveram duração tão dilatada e pode-se até mesmo falar numa certa instabilidade, com Gabinetes de curtíssima duração. Já no reinado de Jorge III, os Gabinetes mais duradouros foram os de Lord North (1770-1782) e de Pitt o Moço (1783-1801). Neste último, embora Pitt fosse vinculado ao Partido *Whig*, houve uma importante participação dos *tories*, principalmente porque o entendimento do primeiro-ministro era que se deveria fortalecer muito mais a instituição da monarquia, diante da onda republicana, que começava a varrer o mundo ocidental a partir da guerra de independência das Treze Colônias (Estados Unidos, 1776-1783) e da eclosão da Revolução Francesa (1789)⁴⁹.

A ascensão das “classes médias” trouxe novas demandas materiais, políticas e culturais para a Inglaterra, que, na segunda metade do século XVIII, começava a experimentar um processo de transformações em direção a uma sociedade capitalista e industrial. Os grupos sociais emergentes, apoiados na sua condição econômica, passaram a reivindicar a reforma das instituições políticas, com o fim do rígido sistema censitário e a ampliação dos direitos eleitorais da população. Embora nem todos tivessem acesso às universidades ou a uma educação de nível médio avançada, tratava-se de setores plenamente alfabetizados e com interesses culturais bem definidos, o que contribuiu para formar uma ampla audiência para a divulgação da nova Ciência Mecanicista, Experimental e Aplicada, para a literatura produzida no decorrer do século e para os livros de filósofos e pensadores que advogavam a necessidade de reformas sociais. Foi neste contexto que as obras dos pensadores ilustrados franceses, principalmente da geração da *Enciclopédia*, começaram a ser divulgadas na Inglaterra⁵⁰.

Em virtude do poder aquisitivo destes novos grupos sociais, surgiram até mesmo novas alternativas de lazer e diversão, não restritas exclusivamente

1742-1757” (capítulo V), e “Patriotism restored, 1757-1770” (capítulo VIII), em *A polite and commercial people...*, *op. cit.*, pp. 9-57, 183-234 e 331-388, respectivamente; e Porter, “The birth of an ideology” (capítulo II) e “Clearing away the rubbish” (capítulo III), em *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 24-47 e 48-71, respectivamente.

⁴⁹ Langford, “The eighteenth century (1688-1789)”, *op. cit.*, pp. 61-71; e “Britannia’s distress, 1770-1783” (capítulo XI), em *A polite and commercial people...*, *op. cit.*, pp. 519-564; e Porter, “The revolution era: ‘modern philosophy’” (capítulo XX), em *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 446-475.

⁵⁰ Langford, “The eighteenth century (1688-1789)”, *op. cit.*, pp. 4-50, e “The fortunate isle” (capítulo VII), em *A polite and commercial people...*, *op. cit.*, pp. 289-329; e Porter, “The culture of science” (capítulo VI), “The pursuit of wealth” (capítulo XVII) e “Progress” (capítulo XIX), em *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 130-155, 383-396 e 424-445, respectivamente.

às atividades da Corte e da grande aristocracia proprietária. Algumas cidades, como Brighton (sul) e Blackpool (noroeste), se transformam em grandes balneários, recebendo uma multidão de pessoas nos meses de verão. Da mesma forma, cidades como Bath se transformaram em renomados *spas* (estações de água), atraindo milhares de pessoas, que buscavam as propriedades curativas de suas termas de água quente. Nos centros urbanos, deu-se a proliferação de tavernas, *pubs* (*public bars*) e cafés que, em diversas partes do dia, recebiam principalmente os cavalheiros (para as mulheres, a moral da época ainda indicava o recato doméstico) para usufruírem de seus serviços e também de uma boa conversa sobre os mais diferenciados assuntos. A partir dos anos 1750, também proliferaram pelas grandes e pequenas cidades inglesas os clubes e as sociedades filosóficas e científicas, contribuindo para que possamos considerar o século XVIII inglês, tal como o fez o historiador Eric Robinson, não apenas como o “século da sociabilidade”, mas também a “era da conversa”⁵¹.

A proliferação das sociedades filosóficas e científicas, dos clubes, dos bares, dos cafés e das tavernas na Inglaterra pode ser associada ao fenômeno de ampliação dos espaços de sociabilidade e discussão (transferidos cada vez mais para a esfera pública), fenômeno também verificado na França e nos demais países europeus e que se tornou característico da ação dos grupos ilustrados. Mesmo o *salon* (salão) francês, que se revestia de características mais aristocráticas, representou um espaço de sociabilidade e discussão muito mais ampliado do que as *soirées* da Corte ou as sessões promovidas pela *Académie Royale des Sciences et Arts* de Paris, formada por filósofos, cientistas e letrados pensionistas dos monarcas franceses. Por outro lado, na Inglaterra, os grupos ilustrados espalharam-se pelo interior e, talvez com objetivo de fugir da chancela da Ciência Oficial, representada pela *Royal Society*, fundaram diversas

⁵¹ Langford, *A polite and commercial people...*, *op. cit.*, pp. 102-108; Porter, *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 34-36, 267-269 e 427-428; e Eric Robinson, “The origins and life-span of the Lunar Society”, em *University of Birmingham Historical Journal*, Volume XI, Número 1 (“The Lunar Society of Birmingham Bicentenary Lectures”). Birmingham, University of Birmingham, Outubro-1967, pp. 5-6. As novas alternativas de lazer e diversão, além da emergência de novos padrões de sociabilidade na sociedade inglesa do século XVIII, são também estudadas nos seguintes trabalhos: J. H. Plumb, *The commercialization of leisure in eighteenth-century England*. Reading, University of Reading, 1973; e *Georgian delights*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1980; J. H. Plumb, John Brewer & Neil MCKendrick (Orgs.), *The birth of consumer society: the commercialization of eighteenth-century England*. Londres, Europa, 1982; e Porter & Brewer (Orgs.), *Consumption and the world of goods*, Londres, Routledge, 1991.

academias ou sociedades filosóficas e científicas provinciais, algumas delas obtendo lugar de destaque no movimento ilustrado inglês da segunda metade do século XVIII: a *Lunar Society* de Birmingham (criada em 1766) e a *Literary and Philosophical Society* de Manchester (fundada em 1781). De certo modo, este movimento acompanhou o que acontecera na França entre 1720 e 1760, quando círculos intelectuais provinciais, fugindo da influência da *Académie Royale des Sciences et Arts*, criaram importantes Academias como as de Dijon, Bordeaux e Montpellier, que tiveram papel importante na Ilustração francesa⁵².

No caso da *Royal Society*, mesmo sendo uma instituição muito mais aberta do que a sua correspondente parisiense e com o compromisso de promover o desenvolvimento da Ciência Mecânica, Experimental e Aplicada, ela perdera grande parte do seu dinamismo em meados do século XVIII e, segundo seus críticos mais ácidos, não passava de um “clube londrino”, mais envolvido em discussões sobre amenidades do que no debate sobre as novas teses filosóficas e científicas e as invenções de máquinas industriais. Estes eram os assuntos discutidos preferencialmente na *Lunar Society*, de Birmingham (apesar do caráter informal das discussões travadas por seus membros, sem registros ou atas do que era abordado) e na *Literary and Philosophical Society*, de Manchester, que procurou registrar nas suas famosas *Memoirs*, a partir de 1785, o que de mais significativo era discutido nas suas sessões⁵³.

IV – O Outro Lado da Ilustração Inglesa na Segunda Metade do Século XVIII: o Debate Científico e os Anseios de Reforma Social

Se, em relação à primeira metade do século XVIII, **pode-se** falar numa *Ilustração newtoniana*, devido à grande aceitação da Física mecanicista de Newton como o grande referencial interpretativo dos filósofos e cientistas, a

⁵² A. Rupert Hall, *A revolução na ciência: 1500-1750* (1ª. ed. em inglês 1962). Lisboa, Edições 70, 1988, pp. 305-311; Robinson, *op. cit.*, pp. 8-10; e Didier Maasseau, “Académies provinciales”, em Delon, *op. cit.*, pp. 16-20.

⁵³ Stephen F. Mason, *A history of the sciences*. Nova York, Collier Books, 1962, pp. 285-287; Robert E. Schofield, “Beginning of the Lunar circle” (capítulo II), em *The Lunar Society of Birmingham. A social history of provincial science and industry in eighteenth-century England*. Oxford, Clarendon Press, 1963, pp 17-32; e Robinson, *op. cit.*, pp. 5-16. Ver, ainda, sobre a *Literary and philosophical Society*: Robert Angus Smith, *A centenary of science in Manchester. For the hundredth year of the Literary and Philosophical Society of Manchester (1881)*. Londres, Taylor and Francis, 1883.

partir dos anos 1750 o modelo newtoniano perdeu sua força diante das novas teorias e interpretações surgidas, que propiciaram o alargamento do horizonte do conhecimento e o nascimento de novas áreas de reflexão. Obviamente, não chegou a haver o abandono do modelo newtoniano, mas os pensadores franceses começaram a questionar o *caráter fixista* da estrutura de mundo, natureza ou universo inerente a este modelo.

Se, para Newton, Deus criou o universo, atribuindo-lhe uma estrutura fixa, eterna e invariável – perspectiva que foi firmemente seguida por Voltaire, Buffon e Lineu (apesar das divergências entre estes dois últimos no campo da História Natural) – para diversos pensadores do final dos anos 1740 e dos anos 1750 o modelo newtoniano não poderia dar conta da diversidade e da complexidade da natureza. Passava-se a admitir a possibilidade de *transformação da vida, da natureza e (até mesmo) do universo*. Se as leis newtonianas relativas à gravitação (à atração e à repulsão da matéria) e suas categorias de tempo e espaço absolutos continuavam válidas para o conhecimento da estrutura essencial dos fenômenos físico-materiais, isto já não significava mais que estes fenômenos possuíam dimensões ou características únicas, imutáveis ou eternas. Foram estas perspectivas que possibilitaram, mais para o final do século XVIII, que Lagrange e Laplace fizessem uma revisão da física e da astronomia newtonianas, interpretando-as à luz do entendimento de que *a natureza se transformava*. Este entendimento também possibilitou a emergência da grande revolução do conhecimento, representada pela química de Lavoisier, que superou definitivamente as teorias flogísticas do século XVIII⁵⁴.

A partir dos anos 1750, consagrou-se a idéia de que *a natureza tinha uma história e esta história se manifestava sob o signo do progresso, da transformação*, originando-se aí uma *primeira geração de evolucionistas* que culminaria com a obra de Charles Darwin, em meados do século seguinte. Para esta mudança intelectual, contribuíram bastante os trabalhos realizados por diversos naturalistas, a partir de observações microscópicas do mundo vegetal e animal, que começaram a questionar as antigas teorias acerca da geração e da reprodução das espécies e a admitir a possibilidade de uma imensa variedade da vida animal e vegetal, que se transformava e dava origem a novas espécies.

⁵⁴ Ver Mason, “Astronomy, and the Newtonian philosophy in the eighteenth century” (capítulo XXV) e “The phlogiston theory and chemical revolution” (capítulo XXVI), em *op. cit.*, pp. 289-301 e 302-313, respectivamente; Hampson, “Nature and nature’s god” (capítulo II), em *op. cit.*, pp. 72-96; Hankins, “Chemistry” (capítulo IV), em *op. cit.*, pp. 81-112; e Porter, “Nature” (capítulo XIII), em *Enlightenment...*, *op. cit.*, pp. 295-319.

Estas novas *teorias transformistas* não apenas possibilitaram o nascimento das ciências da vida (mais tarde biologia), como também forneceram uma base de reflexão para os diversos campos da filosofia e da ciência, que reorientaram seus estudos e discussões a partir das *idéias-manifesto de progresso e transformação*⁵⁵.

Convém notar que as idéias de progresso e transformação se confundiam, se completavam e, de certo modo, eram sinônimas. Na sua base estava um certo otimismo ilustrado, que identificava o progresso ou a transformação com o aperfeiçoamento, a melhora da vida, da natureza e do universo. Este processo era gradual, mas irreversível. A transformação progressiva da natureza e do universo estava prescrita pela própria providência da razão divina, assim pensavam os teístas ilustrados ou adeptos da religião natural. Porém, os adeptos de uma nova corrente de pensamento, os materialistas (Lemетtrie, D’Holbach, Diderot), prescindiam da explicação divina para os fenômenos naturais e materiais e afirmavam que estes se manifestavam de acordo com suas próprias leis, imanentes à natureza da matéria. Já a transformação progressiva da sociedade era obra da razão humana e do seu caminho de aperfeiçoamento através das grandes descobertas do conhecimento. As “luzes” da razão ilustrada se confundiam com o progresso do conhecimento e só este poderia retirar o homem da tutela dos governos despóticos ou da superstição religiosa, que caminhavam associadas⁵⁶.

O ideal de progresso ou transformação da sociedade, inerente à crítica ao despotismo e à superstição, abriu um espaço para que o “homem social” fosse também pensado como objeto da ciência e sujeito à regularidade das leis de desenvolvimento ou evolução. Este processo progressivo consagrava uma tendência, já manifestada no Renascimento com Maquiavel, que era a atribuição, ao homem coletivo, da responsabilidade sobre o seu próprio destino, não mais interpretado como resultado da providência divina. O homem se tornou definitivamente sujeito da história e a sua ação social, um objeto

⁵⁵ Ver Mason, “The idea of progress in the mechanical world of the eighteenth century” (capítulo XXVII), em *op. cit.*, pp. 314-330; Hampson, “Time as a new dimension” (capítulo VII), em *op. cit.*, pp. 218-232 (especialmente o item “A scientific time”); Hankins, “Natural history and physiology” (capítulo V), em *op. cit.*, pp. 113-157; e Porter, “Progress” (capítulo XIX), em *Enlightenment... op. cit.*, pp. 424-445.

⁵⁶ Ver Hampson, *op. cit.*, especialmente pp. 223-225 e 232-250 (“A historical time”); Heinz Thoma, “Materialisme”, em Delon, *op. cit.*, pp. 669-673; e Porter, “Anatomizing the human nature” (capítulo VII), em *Enlightenment... op. cit.*, pp. 156-183.

do conhecimento científico. Esta perspectiva está presente tanto na reflexão de pensadores como Montesquieu e Morelly, mas também na orientação dos editores da *Encyclopédia*, D'Alembert e Diderot. Pode-se dizer, até mesmo, que a crítica revolucionária e romântica de Rousseau ao exacerbado racionalismo das Luzes não deixou de adotar a idéia de que o homem era responsável por seu próprio destino e tinha o direito de se insurgir contra os governos que não seguiam a vontade coletiva⁵⁷.

As idéias desta *segunda geração da Ilustração francesa* não apenas se espalharam pela Europa continental, como também tiveram enorme difusão em toda a Grã-Bretanha, particularmente na Inglaterra. Se, neste país, a crítica ao despotismo absolutista e à superstição religiosa já tinha sido superada, em parte, pela consolidação da monarquia constitucional e parlamentar e pela política de tolerância religiosa, seria um equívoco pensar que não existiam motivos políticos e religiosos para uma crítica ilustrada mais contundente e radical. Esta crítica foi feita, sobretudo, por grupos de dissidentes religiosos que, mesmo com a prática de seus cultos permitida, estavam proibidos de participar da vida político-parlamentar, das forças armadas e, até mesmo, do sistema oficial de ensino inglês (fundamental e universitário), controlado pelos anglicanos⁵⁸.

Embora o conteúdo da crítica dos ilustrados franceses não fosse uma novidade para os dissidentes religiosos ingleses, este serviu para fundamentar ainda mais sua ação no sentido da obtenção daquilo que chamavam da “verdadeira liberdade política, civil e religiosa”. Como veremos mais adiante, foram os protestantes presbiterianos – autodenominados de *protestantes ou dissidentes racionalistas* – e, posteriormente, sua dissidência unitária, os que melhor representaram o espírito da segunda geração de ilustrados europeus

⁵⁷ Ver Hampson, *op. cit.*, pp. 232-250; e Bronowski & Mazlish, “Montesquieu” (capítulo XV) e “Rousseau” (capítulo XVI), em *op. cit.*, pp. 279-293 e 295-317, respectivamente.

⁵⁸ Esta proibição se originou na adoção dos *Test Acts* pelas instituições de ensino oficiais. Seguindo o espírito do que já fora aprovado no Parlamento em 1673 e 1678, com a exclusão de fato dos dissidentes religiosos das forças armadas e do próprio Parlamento, as Universidades de Oxford e Cambridge também adotaram os *Test Acts* e submeteram seus professores e, principalmente, seus estudantes aos testes de comprovação de fé na religião oficial. Para ingressar em Oxford ou para se formar em Cambridge, os estudantes dos cursos de graduação eram obrigados a subscrever os 39 artigos dos *Test Acts*, que não foram abolidos pela política de tolerância *whig* e sobreviveram, nas universidades, até a segunda metade do século XIX. Sobre isto, ver Herbert McLachlan, *English education under the Test Acts*. Manchester, Chetham Society, 1931; e *Warrington Academy: its history and influence*. Manchester, Chetham Society, 1943.

no ambiente social inglês da segunda metade do século XVIII. Evidentemente, a Ilustração inglesa não se restringiu a estes grupos religiosos, neste período, mas eles representaram o que podemos chamar de *vanguarda do pensamento ilustrado na Inglaterra*.

Um dos maiores nomes desta vanguarda intelectual e política, o Dr. John Aikin (que fora inicialmente Tutor em Letras e Literatura e, depois, em Teologia da Academia de Warrington), num de seus escritos do final do século XVIII, chegou a manifestar claramente a consciência do papel que os protestantes ou dissidentes racionalistas representavam na sociedade inglesa, sem deixar de estabelecer uma relação de pertencimento da grande maioria destes setores religiosos às “classes médias” emergentes. Demonstrando o sentimento precoce de uma “consciência de classe” destes “setores médios”, o Dr. John Aikin afirmava:

Nossas conexões naturais não são com os reis e nobres. Vós pertenceis à mais virtuosa, mais ilustrada, mais independente parte da comunidade – a *classe média*. Se esta nação está sempre a prosperar, ou mesmo se ela conserva a liberdade que possui, é somente a esta classe que deve ser creditada esta graça. Agora, certamente é tempo para que sejais unidos e consistentes. Vosso peso, colocado numa balança, deve ser sempre sentido e, por isso, não deveis agir efetivamente por vós próprios; podereis fazer a mais importante e bem vinda adesão a um partido já respeitado. Somente por estes meios, podereis sempre ganhar os pontos pelos quais estais agora infrutiferamente lutando; e, o que é da maior consequência, através disso estareis honrando a vós próprios, e prestando serviços duradouros para vosso país⁵⁹.

Nomes como o do excêntrico Erasmus Darwin (médico, botânico e inventor, adepto do teísmo naturalista, fundador da *Lunar Society*, de Birmingham, e, obviamente, avô de Charles Darwin), que estavam fora do círculo dissidente, poderiam também ser considerados como pertencentes a esta vanguarda intelectual ilustrada. Todavia, o desejo de mudança social e ampla liberdade política, civil e religiosa em nenhum outro segmento social adquiriu tanta radicalidade como entre os círculos presbiterianos e seus dissidentes unitários. Foram estes que estabeleceram um profundo diálogo não apenas com a Ilustração francesa, mas também com os grandes nomes da Ilustração da Escócia presbiteriana e sua filosofia moral, afirmada por pensado-

⁵⁹ John Aikin, *An address to the dissidents of England on their late defeat*. London, J. Johnson, 1790, pp. 18-19. Este panfleto do Dr. Aikin foi publicado logo depois que o parlamento, mais uma vez, rejeitou um projeto de lei para a revogação dos *Test Acts*.

res do porte de David Hume, Francis Hutcheson, Adam Smith, Thomas Reid, Dugald Stewart e William Leechman⁶⁰.

Com as suas Academias de Ensino, os protestantes racionalistas tinham um projeto educacional bastante definido, que deveria servir de base para a preparação de jovens para o ministério religioso, as atividades vinculadas ao comércio, aos bancos e às indústrias e o ingresso nos cursos universitários de Teologia, Medicina, Direito, Letras e Literatura, em geral nas universidades escocesas ou holandesas, visto que os dissidentes religiosos estavam proibidos de ingressar em Oxford e Cambridge. A orientação deste projeto educacional estava muito bem expressa numa espécie de “encargo solene” que o Dr. John Taylor (primeiro tutor de Teologia da Academia de Warrington) escrevera para seus alunos, em que os princípios da liberdade religiosa e de pensamento, da valorização da razão e da igualdade de direitos eram plenamente afirmados:

Eu solenemente vos encarrego, em nome do Deus da Verdade, e de Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o caminho, a verdade e a vida, e diante de cujo juízo, vós deveis mostrar, sem nenhuma demora, 1º) que em todos os vossos estudos e indagações de natureza religiosa, presentes ou futuros, dareis constantemente, cuidadosamente, imparcialmente e conscientemente atenção à evidência, como está nas sagradas escrituras, ou na natureza das coisas, e nos ditados da razão; prudentemente protegidos contra as investidas da imaginação, e da falácia da mal-fundamentada conjectura. 2º) Que não admitireis, abraçareis e consentireis nenhum princípio ou juízo, por mim ensinado ou adiantado, exceto quando, na vossa opinião, ele se mostrar apoiado e justificado pela própria evidência da revelação, ou pela razão das coisas. 3º) Que se, futuramente, algum princípio ou juízo por mim ensinado ou adiantado, ou por vós admitido ou abraçado, que, na vossa opinião, mostrar-se dúbio ou falso, a partir de um exame imparcial e fiel, deveis suspeitar ou rejeitar totalmente tal princípio ou juízo. 4º) Que mantereis vossas mentes sempre abertas à evidência; que vos esforçareis para banir de vossos sentimentos todo o precon-

⁶⁰ Sobre Erasmus Darwin, ver: Schofield, “Personnel: Priestley, Darwin, Edgeworth, and Day” (capítulo VIII), em *The Lunar society of Birmingham*, *op. cit.*, pp. 193-218; e Lord Cohen of Birkenhead, “Erasmus Darwin”, em *University of Birmingham Historical Journal*, Volume XI, Número 1, *op. cit.*, pp. 17-40. Com relação aos grandes pensadores da Ilustração escocesa, ver a excelente coletânea de Alexander Broadie (Org.), *The Scottish Enlightenment: an anthology*. Edimburgo, Canongate Books, 1997 (especialmente a introdução, “What was the Scottish Enlightenment?”, pp. 3-32. Já sobre os diversos pensadores e aspectos da Ilustração Escocesa, assim como sua caracterização e importância, ver o livro mais recente do historiador norte-americano Arthur Herman, *The Scottish Enlightenment. The Scots’ invention of the modern world*. Londres, Fourth Estate, 2001.

ceito, prepotência, e partidarismo; que estudareis para viver em paz e amor com vossos semelhantes cristãos; e que sustentareis firmemente para vós mesmos, e livremente permitireis para outros, os direitos inalienáveis de opinião e consciência⁶¹.

Estas Academias se tornaram os espaços privilegiados para o ensino de uma nova Teologia Racional e das novas Ciências Naturais e Experimentais, além de se constituírem em redutos de combate à intolerância e às exclusões impostas pelo anglicanismo dominante, no melhor estilo da Ilustração setecentista. Entre estas instituições de ensino, a Academia de Warrington (1757-1783) e a Academia de Manchester (1783-1803) foram as que mais se destacaram e se tornaram importantes referências para um novo tipo de ensino, voltado especialmente para as Ciências Naturais e Experimentais e para sua aplicação prática às necessidades da população de um país que assistia aos primeiros passos da grande transformação social e técnico-produtiva, que se constituiu na Revolução Industrial⁶².

V – Conclusão

Vimos, assim, que não seria nenhum absurdo falar da manifestação do movimento Ilustrado na Inglaterra do século XVIII. A Ilustração inglesa não só se caracterizou pela sua anterioridade em relação à manifestação do movimento em outros países europeus, como também estabeleceu os referenciais mais gerais do ideário ilustrado, para o conjunto do continente.

Pode-se dizer que os grupos intelectuais ilustrados dos diversos países europeus, e suas áreas de influência política e cultural (como o continente americano), foram influenciados por concepções filosóficas, científicas, políticas e religiosas que tiveram suas matrizes fundadas na experiência social inglesa do final do século XVII e da primeira metade do século XVIII, que,

⁶¹ John Taylor, *Scheme of Scripture Divinity*; citado por William Turner, *The Warrington Academy: 1757-1786*. Warrington, Library and Museum Committee, 1957, pp. 10-11. Este livro é uma reedição de uma série de artigos de Turner, publicados originalmente no periódico *Monthly Repository*, entre 1813 e 1815.

⁶² Ver McLachlan, *Warrington Academy: its history and influence*, *op. cit.*; e Ruth Watts, “Manchester College and education: 1786-1853”, em Smith, *op. cit.*, pp. 79-110. Um estudo mais recente sobre as Academias Dissidentes de Ensino é desenvolvido por Soares, “Ciência, religião e ilustração: as academias de ensino dos dissidentes racionalistas ingleses no século XVIII”, em *Revista Brasileira de História*, Número. 41, Volume 21 (“Ciência e Sociedade”). São Paulo, Associação Nacional de História/Humanitas Publicações, 2001, pp. 173-200.

por sua vez, possibilitou (também com bastante precocidade em relação aos demais países do “Velho Mundo”) o estabelecimento de uma ordem política liberal, com a consolidação da monarquia parlamentar e constitucional. Foi a *Ilustração newtoniana ou latitudinária* – um projeto político-intelectual plural e “moderado” – que forneceu as bases de sustentação da hegemonia do Partido *Whig* e da monarquia hanoveriana por quase todo o século XVIII.

Todavia, os grupos ilustrados ingleses não eram auto-referenciados e nem estavam isolados dos seus pares do continente europeu. Os pensadores franceses de meados do século XVIII, principalmente os que se vincularam ao projeto da *Enciclopédia*, muitos deles críticos em relação a alguns pressupostos filosófico-científicos do newtonianismo (sobretudo sua perspectiva fixista de interpretação da natureza), também foram bastante lidos e debatidos nos meios ilustrados ingleses, influenciando-os e contribuindo para a consolidação de um *ideário transformista* (alicerçado nas idéias-manifesto de progresso e transformação) no panorama intelectual inglês da segunda metade do século.

O ideário transformista, por sua vez, contribuiu para fundamentar uma crítica ilustrada mais contundente e radical à sociedade inglesa, que, apesar do *status quo* de liberdades civis e tolerância religiosa da monarquia hanoveriana, ainda limitava os direitos políticos e sociais dos dissidentes religiosos, que, em sua maioria, vinculavam-se a segmentos das “classes médias” emergentes, no quadro de crescimento econômico e da diversificação da riqueza e do consumo, naquele país. Aqui, destacamos sobretudo os autodenominados *protestantes ou dissidentes racionalistas*, formados pelos presbiterianos e sua dissidência unitária, que não apenas representaram, em sua plenitude, o espírito da segunda geração ilustrada européia, como também se constituíram na *vanguarda mais radical e reformista do pensamento ilustrado inglês*, na segunda metade do século XVIII.